

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto na Lei 50/2012 de 31 de Agosto e nos Estatutos da Ecalma – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, vem o Conselho de Administração, submeter à apreciação da Câmara Municipal de Almada, no exercício dos poderes titulares desta, previstos na alínea d) do art.º 24º dos Estatutos, o Relatório do Conselho de Administração, as Contas do Exercício, a proposta de aplicação de resultados e o parecer do Fiscal Único, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

No corrente ano, para além do agravamento da crise económica e social com repercussões negativas para a empresa, registaram-se outros factos que, pela sua importância, se assinalam:

Reconhecimento pela ANSR, em Fevereiro de 2013, da existência de montantes significativos (152.074 euros) a distribuir à Ecalma resultantes de autos enviados para cobrança, daquela entidade, relativos ao período de 2007-2011. Este montante foi reconhecido como rendimento, ainda nas contas da Ecalma em 2012. Em 2013 foram transferidos para a Ecalma 166.658 euros, de autos relativos ao mesmo período, pelo que se eleva para este montante o valor da dívida reconhecido pela ANSR. Consequentemente foram reconhecidos 14.584 euros como rendimento em 2013.

Celebração do Contrato Programa para o ano de 2013, entre o Município de Almada e a Ecalma, no montante de 222.000 euros, relativo aos parques subterrâneos (Câmara Municipal de Almada) e ao Flexibus, aprovado em 10 de Abril de 2013.

Fiscalização na Costa de Caparica, iniciada em Junho, em virtude da entrada em vigor do Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação da UGEC Costa de Caparica – Praias, com impacto negativo nos rendimentos globais relativos à

fiscalização, pelo “desvio” significativo de meios humanos do centro da cidade para a Costa de Caparica e pela não aquisição de 15 parquímetros.

Aquisição, em Setembro, da cobertura provisória da Sede reduzindo gastos em alugueres, no exercício actual e exercícios futuros.

Aprovação do Contrato Programa para 2014 entre o Município da Almada e a Ecalma, em 17 de Dezembro de 2013, no montante de 222.000 euros, integrando os parques subterrâneos (Câmara Municipal de Almada), o Flexibus e o Parque da Avenida Afonso Henriques.

Durante o ano de 2013, a Ecalma manteve as actividades decorrentes do seu objecto social:

- ✓ Gestão de Veículos em Fim de Vida – VFV’s
- ✓ Gestão de Parques Sazonais das Praias do Rei e Rainha
- ✓ Gestão / Fiscalização da Costa de Caparica (Polis)
- ✓ Gestão do Parque da Avenida Afonso Henriques
- ✓ Gestão / Fiscalização do estacionamento à superfície (parquímetros)
- ✓ Gestão / Fiscalização do estacionamento reservado a residentes
- ✓ Fiscalização do Código da Estrada e legislação complementar – Taxas e Coimas
- ✓ Gestão do Flexibus
- ✓ Gestão dos Parques Subterrâneos CMA

Seguidamente analisaremos o ano de 2013 em cada uma das áreas de actividade da empresa.

1. GESTÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA – VFV’S

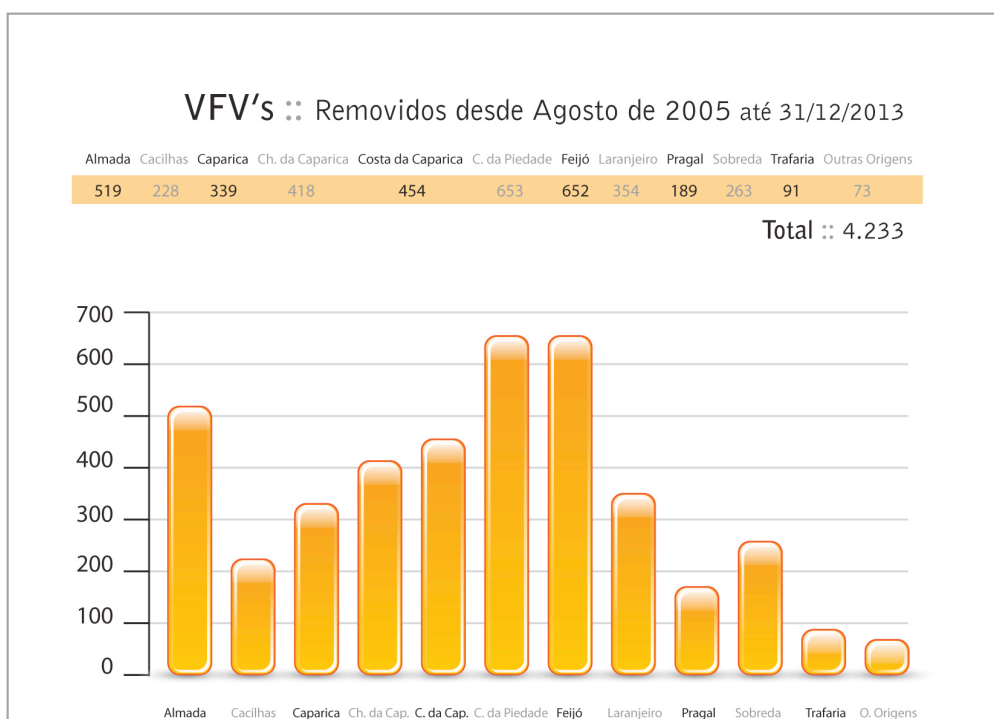
Esta é uma área de actividade da empresa que continua a contribuir para uma melhoria da qualidade de vida em Almada, pelo impacto ambiental positivo que representa e por aumentar a oferta de lugares de estacionamento na cidade. O reconhecimento pelos

almadenses da importância da intervenção da empresa, nesta área, continua a revelar-se na sua colaboração informando sobre situações que justificam intervenção.

A acção continuada da Ecalma, desde 2005, justifica o decréscimo nos rendimentos provenientes da venda de VFV's, sobretudo a partir do ano de 2011. Ainda assim os valores registados em 2013 foram superiores ao orçamentado em 4.138 euros, significando uma taxa de execução de 108%.

De Agosto de 2005 a Dezembro de 2013, foram removidos pela Ecalma 4.233 VFV's. Os VFV's doados ao município pelos residentes foram 803 (cerca de 20%) e os VFV's abatidos em unidades credenciadas para o efeito foram 3.547.

O quadro abaixo distribui este número por freguesias:



2. GESTÃO DE PARQUES SAZONAIS DAS PRAIAS DO REI E RAINHA

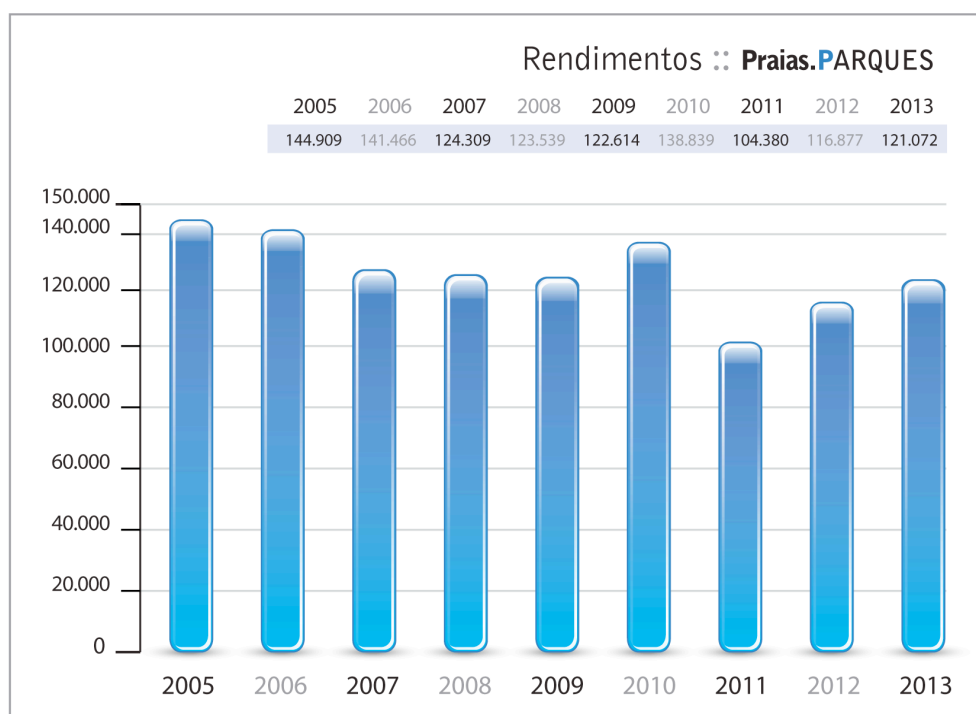
Como já referido em relatórios anteriores, os resultados de exploração dos parques das praias do Rei e Rainha, dependem em grande parte das condições climatéricas que condicionam fortemente a sua procura. Tendo sido favoráveis em 2013, permitiram rendimentos ligeiramente superiores aos registados no ano anterior. Em 2013 o valor arrecadado no conjunto dos dois parques foi de 121.072 euros, superior em 4% aos rendimentos obtidos em 2012. A taxa de execução orçamental foi de 105%.

Este aumento da procura, que ocorre desde 2011, encontra explicação na diminuição dos rendimentos das famílias que optam por férias mais económicas. Em particular, neste ano de 2013, os utentes utilizadores das praias situadas junto ao paredão da Costa de Caparica podem ter sido “obrigados” a deslocarem-se para as praias do Rei e Rainha em virtude de uma diminuição drástica das areias naquelas praias.

No quadro seguinte pode observar-se a evolução, ao longo dos anos, do nº de veículos que utilizaram estes parques de estacionamento:

Anos	Motos	Ligeiros	Pesados	Total
2013	1.056	126.724	1.232	129.012
2012	920	118.789	1.321	121.030
2011	1.626	110.735	1.282	113.643
2010	1.439	144.940	1.484	147.863
2009	970	126.113	1.729	128.812
var. % - 2012\2013	14,78 %	6,68 %	-6,74 %	6,60 %

O quadro abaixo mostra a evolução dos rendimentos desta área de actividade ao longo dos anos:



3. GESTÃO/FISCALIZAÇÃO COSTA DE CAPARICA

Em 2013 entrou em vigor o Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação da UGEC Costa de Caparica – praias. Durante a 1ª quinzena de Junho os Agentes de Fiscalização efectuaram, junto dos utentes, uma campanha de informação sobre as novas regras naquela zona e, só em meados do mesmo mês, a Ecalma começou a intervir penalizando os infractores.

A entrada em vigor deste Regulamento implicou a reafecção de alguns Agentes de Fiscalização do centro da cidade para a Costa de Caparica. Por outro lado não se tendo efectivado a aquisição de parquímetros, prevista em sede de Plano de Investimentos, houve

necessidade de se retirarem 15 parquímetros da cidade para colocação na Costa de Caparica.

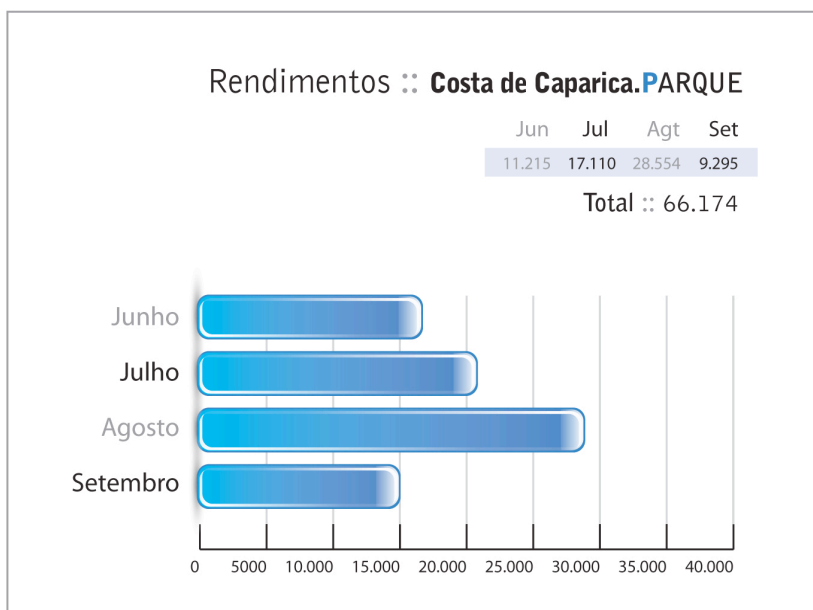
Analisaremos, separadamente, os rendimentos obtidos por via do estacionamento no parque e nos lugares tarifados (parquímetros).

3.1 PARQUE

Os rendimentos obtidos no parque da Costa de Caparica (POLIS) foram de 66.174 euros, ligeiramente inferiores aos registados em 2012. A redução das areias nas praias próximas do parque de estacionamento e a inevitável deslocação de utilizadores das mesmas para outras praias, pode ter estado na origem deste ligeiro decréscimo.

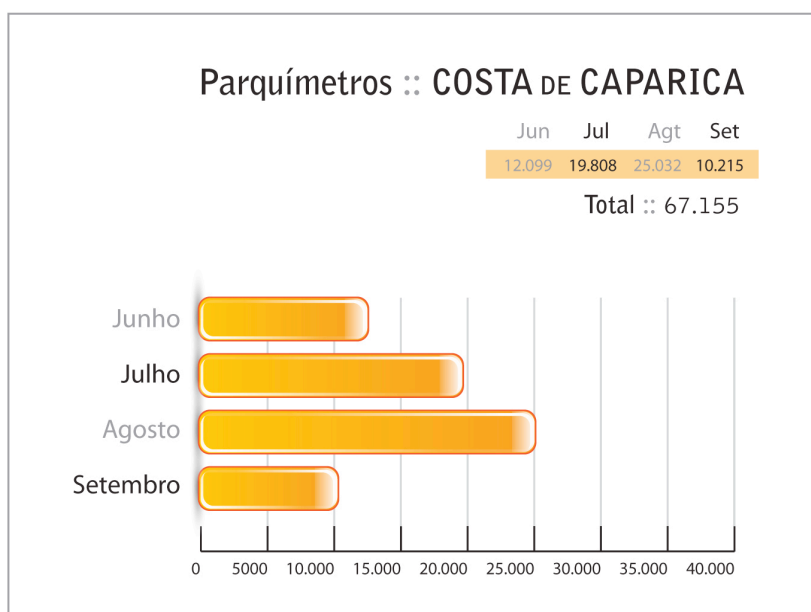
Ainda assim os valores executados foram superiores aos valores orçamentados. A taxa de execução foi de 102%.

De registar uma diminuição das reclamações em relação ao parque de estacionamento e assim uma maior aceitação e uma melhor compreensão, por parte dos utentes, das vantagens em relação à existência deste tipo de equipamento como meio de regular o estacionamento naquela zona com uma elevada procura naquela época do ano.



3.2 PARQUÍMETROS – COSTA DE CAPARICA

A colocação de parquímetros na Costa de Caparica durante a época balnear, por via da entrada em vigor do regulamento atrás referido, traduziu-se em rendimentos de 67.155 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 117%.



4. GESTÃO DO PARQUE DA AVENIDA AFONSO HENRIQUES

O Parque da Avenida Afonso Henriques destina-se sobretudo a apoiar o comércio local e as suas receitas são provenientes exclusivamente dos lugares rotativos. Trata-se de um parque que, em virtude de se terem adoptado políticas condicionadas por factores de ordem social, não consegue gerar as receitas anuais suficientes para fazerem face aos custos anuais e assim atingir a auto-sustentabilidade. É urgente que a CMA, em conjunto com a Ecalma, desenvolvam campanhas de divulgação eficazes junto dos utentes, nomeadamente, no que diz respeito à existência de um serviço (Títulos Especiais de Desconto), destinado sobretudo aos comerciantes e através do qual é possível o estacionamento no parque durante duas horas pelo valor de 0,25 euros.

Ainda assim, o parque registou em 2013 um ligeiro acréscimo de rendimento comparativamente com o conseguido em 2012. O rendimento obtido em 2013 foi de 24.651 euros, superior em cerca de 5% ao conseguido em 2012.

A taxa de execução em 2013 situou-se nos 82%.

No que diz respeito ao número de lugares, o parque tem uma capacidade efectiva de 50 lugares tendo registado, em 2013 e em média, uma entrada de 15 viaturas/dia. Dada a sua localização, junto ao mercado de Almada, é nas manhãs de sábado que a capacidade do parque se esgota.

Mantendo-se a preocupação em relação à auto-sustentabilidade do parque, já relatada em documentos anteriores, poderá vir a “impor-se” uma revisão do montante do Subsídio à Exploração constante do Contrato Programa para 2014.

5. A ACÇÃO FISCALIZADORA DE ECALMA

O crescimento das responsabilidades da empresa no que concerne à fiscalização têm vindo, nos últimos anos, a crescer tanto em número como em complexidade.

A entrada em vigor do Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação da UGEC Costa de Caparica – praias, colocou a necessidade de reforçar a actuação da Ecalma na Costa de Caparica, mobilizando Agentes de Fiscalização para aquela zona. Desta forma, a empresa teve que distribuir os seus Agentes de Fiscalização entre a cidade e a Costa de Caparica.

A reafecção funcional de trabalhadores e as limitações na admissão de pessoal decorrentes do Orçamento do Estado têm colocado dificuldades à organização do trabalho nesta área de actividade.

Sendo esta uma área muito sensível é contudo possível constatar-se, com base nas reclamações/exposições, uma maior aceitação/compreensão por parte dos utentes tendo vindo, inclusive a aumentar o número de pedidos de intervenção no espaço público. Em 2013 verificou-se um aumento dos pedidos de fiscalização por parte dos utentes em

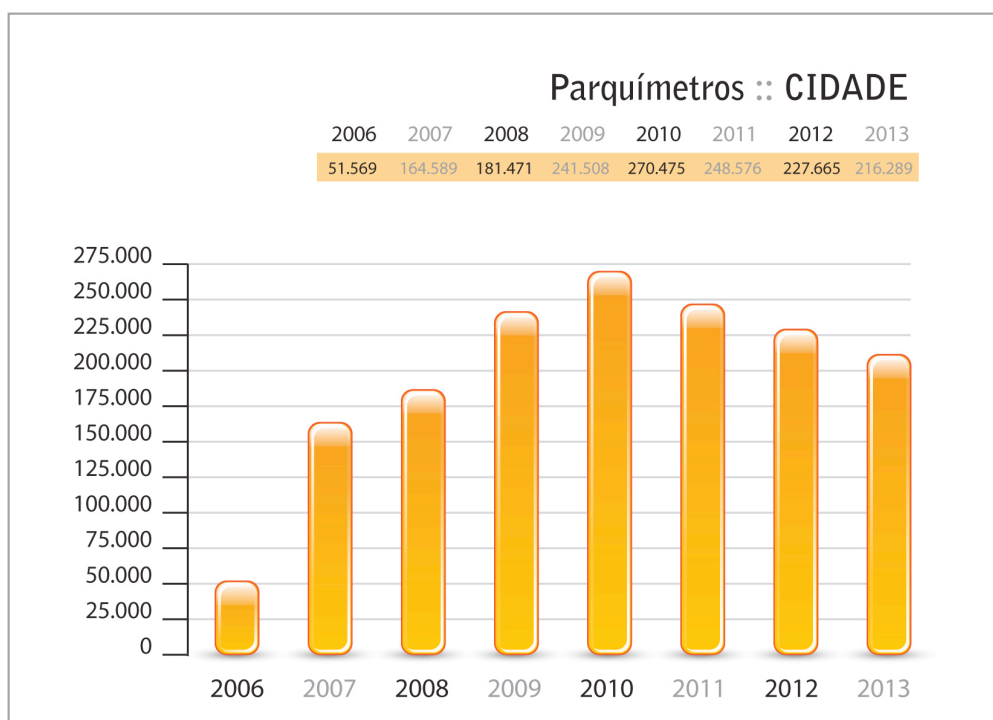
variados pontos da cidade, sobretudo durante a época balnear, período durante o qual, como atrás foi referido, houve necessidade de mobilizar Agentes de Fiscalização da cidade para a Costa de Caparica.

O alargamento das zonas de intervenção associado a uma maior compreensão e mesmo exigência de fiscalização que os almadenses revelam, suscitam a necessidade de (re)avaliar o quadro de pessoal afecto a esta actividade.

5.1 GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO À SUPERFÍCIE (PARQUÍMETROS – CIDADE)

Em 2013 a empresa prosseguiu com a estratégia iniciada no final de 2012 e que assentou no reforço da acção de fiscalização junto aos parquímetros. Esta estratégia contribuiu, de forma eficaz, para um crescimento dos rendimentos nesta área de actividade durante o 1º semestre do ano. Neste período os rendimentos obtidos, por via dos parquímetros, totalizaram 115.359 euros, tendo-se registado um acréscimo de rendimentos do 1º para o 2º trimestre de cerca de 4%. A taxa de execução a Junho era de 96%. Com a necessária deslocação de meios humanos e de equipamentos (parquímetros) do centro da cidade para a Costa de Caparica, já referidos, os rendimentos provenientes dos parquímetros (cidade) registaram, ao longo do 2º semestre do ano, uma quebra terminando 2013 com um rendimento de 216.289 euros.

A taxa de execução orçamental foi de 84%.



5.2 FISCALIZAÇÃO NA (ANTIGA) ZONA PEDONAL

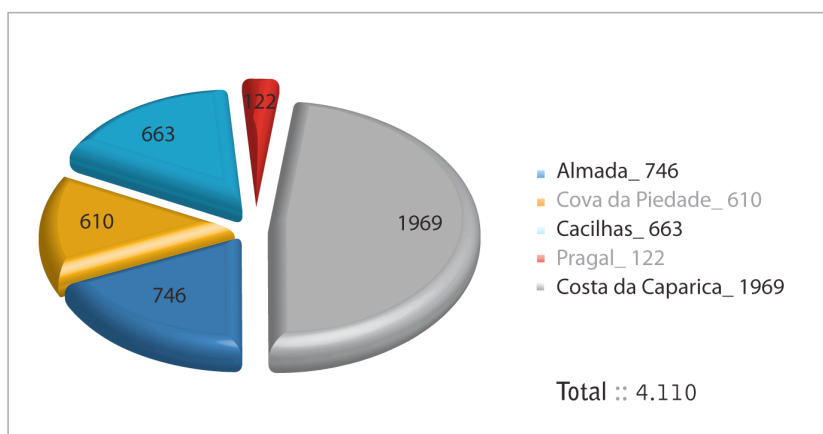
Nesta zona, que passou de pedonal a mista em 2012, continuam a fazer-se sentir as dificuldades provocadas por esta alteração e que se prendem com a necessidade de controlo em relação aos tempos de permanência dos automobilistas naquela zona. Contudo, e para os utentes, esta zona passou a constituir uma oferta de estacionamento gratuito ainda que por tempo limitado.

5.3 GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO RESERVADO A RESIDENTES

Em 2013 registou-se um aumento de pedidos de cartão de residente. Tal facto deveu-se, por um lado, às alterações relativas aos critérios de atribuição dos cartões previstas no

Regulamento Geral de Estacionamento e que vieram desburocratizar todo o processo e, por outro lado, à introdução de zonas de residentes na Costa de Caparica, durante a época balnear, por via do Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação da UGEC Costa de Caparica – Praias.

Foram emitidos 4.110 cartões (novos e renovações) distribuídos por freguesia conforme o gráfico seguinte:



A gratuitidade do cartão de residente, agora alargado à Costa de Caparica, faz com que a Ecalma não seja ressarcida dos gastos tidos, não só, com a afectação de Agentes de Fiscalização às zonas de residentes mas, também, com os inerentes a todo o processo administrativo de tratamento, emissão e renovação dos títulos de residentes.

Em Agosto de 2012, as zonas de residentes passaram a ser consideradas mistas, podendo os **não residentes** estacionar naquelas zonas por meio de títulos de estacionamento (raspadinhas) válidos. Os rendimentos provenientes desta modalidade de pagamento, contribuíram de forma insignificante para os rendimentos globais da empresa.

Tratando-se de uma actividade de interesse geral a Câmara deverá (re) analisar o seu enquadramento no sentido de uma exploração tendencialmente auto-sustentável.

5.4 FISCALIZAÇÃO DO CÓDIGO DA ESTRADA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR – TAXAS E COIMAS

5.4.1 – Taxas de remoções, bloqueios e diárias

Ao longo do ano a Ecalma optou por dar continuidade a uma estratégia de fiscalização preventiva com o intuito de sensibilizar os utentes para uma alteração de comportamentos e práticas que conduziram a infracções e consequente aplicação de taxas previstas no Código da Estrada.

O início da fiscalização na Costa de Caparica decorrente do Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação da UGEC Costa de Caparica – Praias, durante a época balnear, foi antecedida por uma campanha de informação junto dos utentes, na 1ª quinzena de Junho, no sentido de alertar para as novas regras naquela zona. Só em meados de Junho a Ecalma começou a intervir penalizando os infractores.

Os rendimentos obtidos com a aplicação de taxas decresceram comparativamente com o ano de 2012 em 53.685 euros. No conjunto permitiram em 2013 uma arrecadação de 248.892 euros inferior em 65.108 euros face ao orçamentado.

A taxa de execução foi de 79%.

5.4.2 – Coimas

5.4.2.1 – Coimas – Cobrança Directa Ecalma

Ao longo do ano de 2013 a Ecalma conseguiu enviar o número de autos previsto em sede de Plano de Actividades e Orçamento, exceptuando-se o 3º trimestre que devido ao volume elevado de cartões para a Costa de Caparica, por via do regulamento para aquela zona, registou uma inevitável quebra no envio de autos. Contudo, a percentagem de cobrança esteve longe de acompanhar a percentagem de autos enviados aos infractores. Isto significa que a fiscalização actua, os autos são enviados aos infractores mas estes, em consequência do reflexo da crise nos seus rendimentos, não regularizam o pagamento das coimas que lhes são aplicadas pelas infracções cometidas. A média da taxa de cobrança em 2013 situou-se nos 50%.

Os rendimentos nesta área ascenderam a 286.826 euros.

A taxa de execução foi de 84%.

5.4.2.1 – Percentagem de coimas ANSR

Dos 166.658 euros transferidos pela ANSR de Junho a Agosto de 2013, 14.584 euros dizem respeito aos autos relativos ao período 2007-2011 e foram, como já referido, reconhecidos como rendimento no corrente ano.

O valor total das transferências foi de 22.314 euros.

A taxa de execução orçamental foi de 74%.

6. FLEXIBUS

Ao longo de 2013, e por períodos relativamente longos, o serviço Flexibus foi efectuado apenas por um dos mini-autocarros eléctricos. As constantes avarias destes veículos deixaram os utentes descontentes e o grau de confiança no serviço decresceu. Contudo, o Flexibus continuou a ser um projecto globalmente acarinhado pelos utentes, sobretudo pelos mais idosos, que continuaram a utilizá-lo e a reconhecer a utilidade do serviço. Manteve-se e reforçou-se o interesse destes utentes no alargamento a novas zonas deste transporte, nomeadamente, aos centros de saúde, Hospital Garcia de Orta e Quinta da Alegria.

Trata-se, desde a sua existência em Agosto de 2010, de um serviço procurado, sobretudo, pelos utentes com idade superior aos 65 anos. Estes utentes (*Seniores*) contribuíram para o rendimento global do Flexibus em 2013 com 73%. Os *Juniores* e os *Flexi* representaram, respectivamente, 13% e 14% do rendimento global deste serviço de mobilidade inclusiva. Por natureza de título, os mais procurados são os títulos de transporte para 30 dias, contribuindo estes para o rendimento com 63%, seguidos dos títulos de 1 viagem com 36% e por fim, com um contributo praticamente nulo, os títulos para 15 dias.

Os rendimentos provenientes da venda de títulos Flexibus foi de 3.427 euros, significando este valor uma taxa de execução de 115%.

Em 2013 destaca-se a entrada em vigor do Contrato Programa celebrado entre a CMA e a Ecalma com a atribuição de um Subsídio à Exploração ao Flexibus até 62.000 euros.

O défice de exploração de 59.375 euros, apurado em 2013, é inferior em cerca de 17.700 euros ao verificado em 2012 resultado, sobretudo, de um decréscimo significativo nos gastos com *Fornecimentos e Serviços Externos* mas também de um incremento de cerca de 27% rendimentos provenientes de títulos de transporte.

No que se refere à execução do Contrato Programa 2013, e fazendo uma análise comparativa com o ano de 2012, conclui-se que o rendimento proveniente da venda de títulos de transporte cresceu 27%, ficando muito acima do pressuposto constante no referido documento e que apontava para um incremento de 10% nas vendas.

Quanto aos gastos (excluindo os Gastos c/ Pessoal), aquando do exercício de fecho de contas, constatou-se que boa parte dos gastos com electricidade do parque da Avenida Afonso Henriques não estavam a ser imputados ao Flexibus. Os elevados gastos com electricidade, por via do carregamento das baterias do Flexibus, não permitiu atingir a redução nos gastos de 70%, de acordo com o que se pressupunha no Contrato Programa, ficando-se a mesma nos 61%.

7. PARQUES SUBTERRÂNEOS (CMA)

Em 2013, como já referido, importa assinalar a elaboração e aprovação do Contrato Programa para a gestão dos Parques de Estacionamento subterrâneos/cobertos pelos órgãos executivo e deliberativo do Município e pelo Conselho de Administração da Ecalma, atribuindo a esta área de actividade um Subsídio à Exploração até 160.000 euros. A entrada em vigor deste importante instrumento introduziu uma maior estabilidade financeira na empresa.

O défice de exploração de 158.687 euros, apurado em 2013, é inferior em cerca de 6.100 euros ao verificado em 2012, resultado de um incremento nos rendimentos superior ao dos gastos.

No que diz respeito aos rendimentos provenientes da venda de avenças e rotativos, constata-se um aumento de cerca de 5%, no conjunto dos cinco parques, comparativamente com o verificado em 2012. Este aumento da procura justifica-se, em

parte, pela estratégia de fiscalização preventiva que a empresa tem vindo a adoptar “empurrando”, em certa medida, os utentes para uma solução cómoda e sem riscos de penalização. Refira-se, no entanto, que este incremento nos rendimentos se deveu sobretudo à venda de avenças e não tanto dos rotativos.

A venda de avenças continua a contribuir para o rendimento dos parques subterrâneos com 92% e os rotativos apenas com 8%.

Em relação à execução do Contrato Programa 2013, e comparando com o ano de 2012, o rendimento proveniente da venda de avenças cresceu 5% ficando acima do crescimento de 3% previsto no Contrato Programa. No que respeita aos rotativos, o facto de o estacionamento à superfície ser “mais barato” quando comparado com o estacionamento nos parques subterrâneos fez com que a procura desta alternativa de estacionamento se mantivesse inalterada. Esta situação parece contrariar, de algum modo, os princípios fundadores da empresa. Assim, o Conselho de Administração considera dever suscitar uma reflexão visando encontrar uma estratégia que melhor se ajuste a estes princípios. Parece ajustado a este objectivo que se deve reduzir o tarifário dos rotativos tornando-os competitivos relativamente aos parquímetros “gerando” dois importantes efeitos positivos: “deslocar” utentes dos parquímetros para os parques melhorando a tendência para a sustentabilidade destes e criar melhores condições de “mobilidade” no estacionamento à superfície com vantagens, particularmente, para o comércio nas zonas de influência dos parques.

Quanto aos gastos (excluindo os Gastos c/ Pessoal), os problemas de ordem técnica ocorridos em dois dos cinco parques tiveram como consequência gastos “anormalmente” elevados em electricidade e água, não permitindo à empresa uma redução de gastos superior aos 9%, ficando, desta forma, a 1 p.p. de conseguir a redução nos gastos de 10%, prevista no Contrato Programa.

Em 2013 foi introduzido no Parque da Bento Gonçalves, um sistema que permitiu controlar remotamente os acessos para cargas e descargas da Rua Cândido dos Reis. Outra novidade em 2013, e que teve como objectivo pôr fim aos furtos de bicicletas nos parques de estacionamento, foi o “BICIPARQUES”, inaugurado na Semana da Mobilidade. Trata-se de uma área no interior dos parques reservada às bicicletas dos moradores sendo o acesso às mesmas efectuado apenas mediante um código.

A Ecalma prosseguirá com a acção de sensibilização e fiscalização com o intuito de acabar com o estacionamento abusivo que ainda persiste, sobretudo junto dos parques de estacionamento.

8. COMUNICAÇÃO IMAGEM E INFORMAÇÃO

O *site* da Ecalma continuou a desempenhar um importante papel na estratégia de comunicação da empresa que se pretendeu ser para todos (trabalhadores e utentes).

Reforçou-se o design distintivo das três grandes áreas da empresa:

Fiscalização;

Parques de Estacionamento;

Flexibus.

Em 2013 a empresa investiu nesta área tendo sempre presente a necessidade de contenção de gastos. Assim, e a título de exemplo, para a elaboração dos ficheiros gráficos e industriais houve um cuidado em controlar as cores utilizadas e utilizaram-se materiais menos dispendiosos, nomeadamente, ao nível da sinalética. Muito do trabalho produzido nesta área foi elaborado internamente (senhas de parquímetros semanais, cartões de estacionamento autorizados). A empresa privilegiou projectos de design cuja produção não implicasse custos. A “Campanha 3+1” foi divulgada no boletim da Câmara Municipal de Almada sem custos. Manteve-se o projecto de parceria com a Rádio Local Super FM que

garantiu a emissão de spots de rádio (Ecalma Cidadania, Campanha 3+1), sem custos de produção. Esta campanha contribuiu não só para promover a imagem e acção desenvolvida pela empresa mas também para se promoverem e divulgarem as actividades da Ecalma, com especial incidência para os parques de estacionamento e o Flexibus.

9. RECURSOS HUMANOS

9.1 QUADRO DE PESSOAL

O número de trabalhadores da Ecalma em 31 de Dezembro (69) mantém-se inalterado desde Outubro de 2011.

Todos os trabalhadores têm contrato sem termo.

Quadro de PESSOAL														
CATEGORIA	2012	EVOLUÇÃO em 2013												
		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Técnico Superior - Jurista	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Técnico Especialista - TOC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Técnico Especialista - Adm. & Fin.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Técnico Especialista - Fiscalização	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Técnico Especialista - Designer	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Assistente Administrativa	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Agentes de Fiscalização/ Assistentes de AF's	27	27	27	27	27	27	39	39	39	39	27	27	27	27
Operadores de Equipamentos de Gestão (parques)	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18
Operadores de Equipamentos de Gestão	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Auxiliares Serviços Administrativos de Fiscalização	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Motoristas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Motoristas Transportes Públicos	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Auxiliares de Serviços Administrativos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Total de Pessoal	69	69	69	69	69	69	83	83	83	82	69	69	69	69

_ trabalhadores a tempo parcial | 1 advogada/ 1 designer |
 _ trabalhadores sazonais | 8 parques Rei e Rainha/ 4 parque Costa |

NOTA_ O quadro supra está organizado por categorias profissionais. O número de trabalhadores mencionado numa dada categoria pode não ser exactamente coincidente com as suas atribuições e responsabilidades funcionais.

A média etária dos trabalhadores situa-se nos 35 anos. Quanto ao género, 51% são homens e 49% são mulheres.

Todos os trabalhadores da Ecalma residem na Margem Sul, 58 em Almada e os restantes 11 no Seixal e Barreiro.

Nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, e à semelhança do que acontece todos os anos, a empresa contratou a termo certo 12 Assistentes de Fiscalização (menos 2 do que em anos anteriores), 8 afectos aos parques do Rei e Rainha e 4 afectos ao parque da Costa de Caparica. A Ecalma procurou junto do Centro de Emprego uma alternativa à contratação (Contrato de Emprego e Inserção) tendo seleccionado dois candidatos para prestarem apoio no trabalho desenvolvido nas actividades sazonais. Com esta alternativa, a empresa economizou nos quatro meses cerca de 3.600 euros.

9.2 INSTALAÇÕES

Durante o ano de 2013, e tendo bem presente a política de contenção que a situação do país e da empresa impõem, não foi possível proceder à intervenção de fundo na cobertura do edifício sede da Ecalma, optando o Conselho de Administração da empresa pela sua aquisição por se ter revelado uma alternativa menos onerosa.

Efectuaram-se algumas pequenas intervenções nas instalações da empresa: substituição do piso de alguns gabinetes por revestimento lavável; procedeu-se a uma melhoria dos vestiários e balneários utilizados pelos Agentes de Fiscalização; substituiu-se o piso do gabinete da Administração por se encontrar degradado por via do excesso de humidade que ali se faz sentir.

9.3 FORMAÇÃO

Em 2013 concluiu-se o ciclo de acções de formação iniciado no final de 2012 com o objectivo de melhorar o desempenho e as competências profissionais dos trabalhadores da Ecalma com funções mais sensíveis, nomeadamente os afectos a áreas de atendimento.

No corrente ano concluiu-se a formação do quarto motorista do Flexibus tendo este obtido o Certificado de Aptidão de Motoristas (CAM).

10. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

10.1 – RENDIMENTOS

Em 2013 a taxa de execução dos rendimentos próprios, líquidos de subsídios, foi de 89%.

A ANSR transferiu para a Ecalma 22.314 euros dos 30.000 previstos em sede de Plano de Actividades e Orçamento. Como atrás foi exposto (ponto 5.4.2.1), a Ecalma reconheceu nas contas de 2012 o valor de 152.074 euros como rendimento. Contudo, das transferências efectuadas pela ANSR relativas a autos enviados para a ANSR entre 2007 e 2011, constatou-se que ao valor reconhecido como dívida a 26 de Fevereiro de 2013, por meio de carta, acresceram 14.584 euros, também referentes a autos que diziam respeito aquele período. Desta forma, a empresa reconheceu como rendimento no exercício de 2013 o valor de 14.584 euros. Tal facto, influenciou a taxa de execução orçamental situando-a nos 74%.

Nas actividades cuja execução depende exclusivamente da Ecalma, é evidente o impacto negativo que a crise e a consequente quebra de rendimentos das famílias tiveram nos rendimentos obtidos em algumas das actividades da empresa. Nas coimas cobradas directamente pela Ecalma, a percentagem de cobrança não acompanhou a percentagem de

autos enviados aos infractores que, vendo os seus rendimentos afectados por um conjunto de medidas de austeridade optaram por direccioná-los para outro tipo de despesas.

A taxa de execução das coimas – cobrança directa Ecalma foi de 84%.

Para além da crise instalada no país, outros factores estiveram na base dos menores rendimentos obtidos em algumas das actividades da empresa.

No que à fiscalização diz respeito e, como já referido no ponto 5.4.1 do presente relatório, a estratégia de fiscalização preventiva iniciada no final de 2012 e prosseguida em 2013, por um lado, e a mobilização de meios humanos da cidade para a Costa de Caparica, por via da entrada em vigor do Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação da UGEC Costa de Caparica – Praias, por outro, respondem pelos rendimentos obtidos nas taxas (remoções, bloqueios e diárias) e que se traduziram numa taxa de execução global de 79%.

No que diz respeito aos parquímetros (cidade), ainda que a retirada de 15 parquímetros da cidade para a Costa de Caparica, em meados de Maio 2013, tenha sido compensada pelo rendimento obtido na Costa de Caparica, a verdade é que a não aquisição dos parquímetros prevista em sede de Plano de Actividades e Orçamento 2013, teve como consequência uma diminuição dos rendimentos na cidade que lhes estariam associados.

A taxa de execução dos rendimentos provenientes dos parquímetros da cidade foi de 84%.

De registar, pela positiva, a taxa de execução orçamental de 102%, registada nos parques de estacionamento subterrâneos. Em sede de Plano de Actividades e Orçamento para 2013 procedeu-se a um ajustamento do orçamento à procura. O valor de rendimentos verificado em 2013 de 174.345 euros (avenças e rotativos) ficou, assim, muito próximo do valor orçamentado de 171.703 euros (avenças e rotativos).

Por fim, as taxas de execução registadas nas actividades sazonais (praias Rei e Rainha e Costa de Caparica) registaram taxas de execução de 105% e 109% (parques e parquímetros), respectivamente. Estas taxas encontram explicação na alteração das opções de férias dos portugueses que, face a rendimentos cada vez menores, optam por férias mais económicas.

10.2 – GASTOS

Em 2013, a empresa revelou eficácia no controlo dos gastos tendo registado uma taxa de execução de 93%.

Na rubrica *Fornecimentos e Serviços Externos* a taxa de execução foi de 87%. Nesta rubrica, importa uma referência às sub-rubricas *Honorários, Electricidade, Água, Rendas e Alugueres e Contencioso e Notariado*, por terem registado uma taxa de execução acima do previsto.

A leitura da execução orçamental verificada na sub-rubrica *Honorários* deve ser efectuada conjuntamente com a sub-rubrica *Limpeza, Higiene e Conforto*. Com o intuito de se reduzirem gastos, a Ecalma optou por rescindir os contratos de limpeza que mantinha com uma empresa passando este serviço a ser efectuado, na totalidade das instalações da empresa, por duas prestadoras de serviços. Desta forma, a despesa passou a reflectir-se na conta *Honorários*.

Os gastos acima do previsto em *Água e Electricidade* foram já justificados no ponto 7. Parques Subterrâneos (CMA).

Na sub-rubrica *Rendas e Alugueres*, a taxa de execução ligeiramente acima do previsto deve-se ao facto de a aquisição da cobertura estar prevista para Junho a apenas ter ocorrido no final do mês de Setembro.

Por último a taxa de execução de 124% na sub-rubrica *Contencioso e Notariado* justifica-se pelo elevado número de autos enviados e cujo procedimento implica a consulta à Conservatória do Registo Automóvel.

Na rubrica *Gastos c/ Pessoal* a taxa de execução foi de 95%.

Os *Gastos de Acção Social* apresentaram uma taxa de execução de 145% por via do aumento, em 2013, dos prémios do seguro de saúde com pessoal.

11. INVESTIMENTO / FINANCIAMENTO

Em 2013 o Investimento total ascendeu a 44.420,88 euros, dos quais 35.729,74 euros estavam previstos, quanto à sua natureza, em sede de Plano de Investimentos para o mesmo ano:

DESCRITIVO	VALORES
_ Cobertura Sede	31 500,00
_ PDA'S (2 praias)	2 585,24
_ 3 PC's e 3 impressoras portateis para as viaturas	1 644,50
Total	35 729,74

O investimento mais relevante não concretizado reporta, como foi já relatado, a 15 parquímetros (90.000 euros). Tal foi assumido considerando a impossibilidade legal de atribuição de subsídio ao investimento pela CMA e por os capitais próprios disponíveis serem limitados para financiar este investimento e, simultaneamente, assegurarem o

equilíbrio financeiro tendo em conta a imponderabilidade na execução orçamental das empresas pela crise económico-financeira em que o país foi colocado.

12. SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

A análise analítica dos resultados da empresa, desde o seu início até ao final de 2010, comprova o que foi sendo, sistematicamente, afirmado em relatórios de gestão de que a empresa poderia ser autosustentada não fossem os problemas económico-financeiros colocados pela atribuição de competências de fiscalização, decorrentes do Código de Estrada, atribuídos às Câmaras na área da sua jurisdição. Com efeito, como foi sendo relatado, a percentagem atribuída à empresa de 30% era manifestamente insuficiente para cobrir os gastos. Como se não bastasse, as transferências das verbas a que a Ecalma tinha direito eram manifestamente irregulares. Alterada a percentagem para 55% e regularizada a situação da ANSR comprova-se a auto sustentabilidade da empresa.

A entrada em funcionamento cruzeiro dos parques subterrâneos CMA, a partir de meados de 2011, e do Flexibus determinaram que, para o exigível equilíbrio de contas, se realizasse um Contrato Programa relativo a estas duas actividades.

13. PREVISÃO PARA O ANO DE 2014

1. Em 2014, o quadro de crise económica em que o país se encontra terá consequências nos rendimentos disponíveis das famílias de forma cada vez mais agravada, com repercussões tendencialmente negativas na actividade da empresa, em geral.
2. Apesar destes constrangimentos a empresa não deixará de desenvolver estratégias que, sem pôr em causa os seus princípios fundadores, tenham em consideração por um lado, as dificuldades económicas dos almadenses e por outro a necessidade de, realizando a satisfação das necessidades de interesse geral que caracterizam as suas

actividades, continuar a assegurar a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro.

Neste sentido foram ao longo do relatório feitas algumas referências a estas estratégias das quais se salientam:

Alargamento do serviço Flexibus a mais algumas áreas, complementando as carreiras dos Transportes Sul do Tejo e cumprindo um serviço social de apoio às populações mais carenciadas ou com maiores dificuldades de mobilidade.

A necessidade de ajustar o tarifário dos parques de estacionamento subterrâneo no sentido da sua eventual redução tornando-os “competitivos” relativamente aos parquímetros. Tal melhorará a tendência para a sustentabilidade dos parques por um lado e por outro significará melhores condições de mobilidade no estacionamento à superfície;

Relativamente ao Estacionamento de Duração Limitada:

- implementação da Tarifa Máxima Diária nos parquímetros reduzindo a penalização por meio de coimas;
- “transformação” das zonas de residentes em mistas permitindo aos utentes, por meio de títulos de estacionamento válidos (raspadinhas), a utilização daqueles lugares aumentando-se desta forma a oferta de estacionamento rotativo à superfície em Almada.

15. RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

No exercício de 2013 obteve-se um EBITDA positivo (Resultado Antes de Depreciação, gastos de financiamento e imposto sobre o rendimento) de 132.825,10 euros. Consideradas

as depreciações no montante de 124.124,61 euros, o resultado financeiro negativo de 30,88 euros e o Imposto sobre o Rendimento (tributação autónoma de 2.433,96 euros e IRC de 528,45 euros) no montante de 2.962,41 euros, apurou-se um Resultado Líquido de 5.707,20 euros, propondo-se que o montante de 300,00 euros seja transferido para a conta de Reservas Legais e o restante para a Reservas Livres.

16. NOTAS FINAIS

O Conselho de Administração manifesta a maior satisfação pelo bom acolhimento que tem continuado a merecer das mais diversas entidades com as quais a empresa mantém contactos e desenvolve relações.

Neste quadro cabem particulares e sinceros agradecimentos aos Comandos da PSP e GNR e seus agentes bem como aos Serviços da Câmara Municipal de Almada.

Ao Fiscal Único, Dr. Nuno Borges, e a todos os colaboradores, trabalhadores ou prestadores de serviços o Conselho de Administração manifesta o mais vivo apreço e agradecimento pela dedicação, empenho e espírito colectivo postos no exercício das funções ou prestação de serviços.

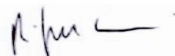
A ECALMA continuará a cumprir a gratificante missão de assegurar o usufruto qualificado, na área do estacionamento, do espaço público urbano aos Almadenses.

Almada, 20 de Fevereiro de 2014

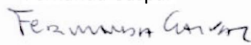
O Conselho de Administração

Rui Jorge Martins

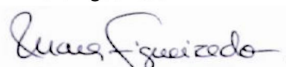
Presidente



Fernanda Gaspar



Mara Figueiredo



ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INFORMAÇÃO EXIGIDA POR DIPLOMAS LEGAIS

Em conformidade com o nº 4 do artº 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que o Município de Almada é detentor de 100% do Capital Social da Ecalma, no valor de 250.000 euros.

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Em 03 de outubro de 2013 foi publicado em Diário da Republica o DL nº 133/2013 que, no artigo 54º, refere a obrigatoriedade de as empresas públicas apresentarem anualmente um relatório de boas práticas de governo societário.

Uma vez que esta legislação entrou em vigor no final do ano, à data do presente relatório de gestão não estavam, ainda, reunidas as condições para a sua elaboração e subsequente aprovação.

ECALMA, EM

Anexo às Demonstrações Financeiras
Exercício de 2013

(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 986/2009, de 7 de Dezembro – Série I – n.º 173)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A ECALMA- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM.SA é uma empresa municipal, constituída em 2004, com sede no concelho de Almada sita na Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense.

Tem como atividade principal a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, incluindo zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície; a fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar e a gestão do Sistema de Mobilidade Inclusiva “Flexibus”. Acessoriamente compete, também, à empresa a identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no Código da Estrada, incluindo os designados veículos em fim de vida - VFV’s .

O capital social é de 250 000€ encontrando-se realizado na totalidade.

*CAE principal:*52213 Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres

CAE secundário: 38120 Recolha de resíduos perigosos

A ECALMA é detida a 100% pelo Município de Almada (CMA) com sede na Rua Trigueiros Martel, n.º 1, 2800-213 Almada.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto. Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior, com exceção da mensuração das dívidas de e para a ANSR (Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária) e Ministério das Finanças, que passaram a ser consideradas em Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar e não em Estado e Outros Entes Públicos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF.

Nas notas a cada uma das contas, foram incluídas explicações sobre as bases de mensuração utilizadas nas demonstrações financeiras.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra disponível para uso, de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis dos vários bens são revistas anualmente sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que incorrem.

Na rubrica investimentos em curso, estão refletidas obras em curso de requalificação da sede.

As vidas úteis estimadas dos principais ativos fixos tangíveis são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	8 a 12
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos	4 a 8

Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem substancialmente transferidos os riscos e vantagens inerentes à posse, caso contrário, são classificados como locações operacionais, de acordo com a substância do contrato.

As respetivas rendas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Subsídios governamentais

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a empresa cumprirá as condições a eles associadas e de que irão ser recebidos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são reconhecidos na rubrica Outras variações no Capital Próprio e imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios relacionados com o rendimento, isto é, subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos no ano.

Instrumentos financeiros

Contas a receber: As dívidas de “Clientes” e as de “Outras contas a receber” são classificadas como ativo corrente e mensuradas pelo seu valor nominal deduzido de perdas por imparidade, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Contas a pagar: As contas a pagar (saldos de fornecedores e outras contas a pagar) são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. São classificadas como passivo corrente e mensuradas pelo seu valor nominal.

Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis.

Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Outras contas a receber” e em “Outras contas a pagar”.

Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período engloba o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto utilizada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem os encargos suportados pela entidade com os seus trabalhadores.

Os benefícios dos empregados são reconhecidos como gasto da entidade no período em que os correspondentes serviços são prestados.

Os benefícios dos empregados incluem salários, ordenados, contribuições para a segurança social e benefícios não monetários (seguros de saúde, estomatologia e vida). O seguro de saúde inclui benefícios proporcionados quer aos empregados quer aos seus dependentes e cônjuges e podem ser liquidados por pagamentos feitos diretamente pelos empregados.

Participações financeiras

A participação financeira da AGENEAL – Agência Municipal de Energia detida pela ECALMA é mensurada ao custo de aquisição.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

Na data do balanço o Conselho de Administração efetuou os seguintes juízos de valor: imparidade de contas a receber e períodos de vida útil dos ativos.

Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando é provável que os benefícios económicos associados à transação irão fluir para a empresa.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido pelo seu justo valor, líquido de impostos e descontos, quando os riscos e as vantagens inerentes à propriedade dos bens são transferidos para o comprador.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados à data do balanço.

O rédito referente aos autos enviados para a Autoridade Nacional Rodoviária apenas são reconhecidos no momento em são validados por esta entidade reguladora.

4. FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto.

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A caixa e seus equivalentes em 31/12/2013 detalha-se conforme se segue:

Caixa e seus Equivalentes

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depósitos bancários	166.632,94	99.075,73
Caixa	<u>28.365,14</u>	<u>17.394,16</u>
	<u>194.998,08</u>	<u>116.469,89</u>

5. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A Ecalma é Interveniante Principal de uma Ação Judicial, em curso à data, cujo Autor é o condomínio de um prédio onde se situa o Parque de Estacionamento da Capitão Leitão (explorado pela empresa) e a Ré, a Câmara Municipal de Almada (CMA), proprietária de algumas frações do imóvel.

Tendo adquirido uma fração por Contrato de Permuta, a CMA efetuou obras de vulto transformando os três pisos, destinados a arrecadações, e um quarto piso, destinado a garagem, num parque de estacionamento subterrâneo, mexendo nas vigas, pilares e lajes e ligando o prédio ao prédio contíguo, de acordo com a tese do autor. A CMA considera que deu cumprimento a todas as disposições legais e regulamentares, pelo que para a CMA a tese do autor não tem fundamento.

O processo teve início em 24/06/2012, no entanto, a Ecalma só foi chamada a intervir no processo em Maio de 2013.

O Conselho de Administração da empresa entende, de acordo com o parecer da Advogada da Ecalma, que não haverá lugar ao pagamento de qualquer quantia por parte da Ecalma devido a este processo. Contudo, a eventual condenação da CMA, representará para a Ecalma a cessação de lucros resultantes da exploração do referido Parque de Estacionamento.

6. PARTES RELACIONADAS

A ECALMA é detida em 100% pela entidade Câmara Municipal de Almada, estando esta obrigada a apresentação de contas consolidadas (CMA/ECALMA/SMAS).

A Ecalma é detentora de 0.38% (997,60€) de participação no património associativo nominal da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada.

Remunerações do pessoal chave da gestão

	2013	2012
Benefícios de curto prazo		
Conselho de Administração		
Administrador Executivo	38.741,31	30.674,39

As transações com empresas relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevaleçam nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas – Câmara Municipal de Almada, detentora da totalidade do capital social – respeitam, essencialmente, à atividade operacional. As transações mais significativas efetuadas com a entidade relacionada, durante o exercício, referem-se a Subsídios à Exploração.

Relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, as transações realizadas referem-se a consumos de água nos Parques de Estacionamento.

Indicam-se seguidamente os valores de saldos pendentes no final do ano:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Transações		
SMAS		
. Abastecimento de Água	5.344,89	2.399,54
Câmara Municipal de Almada		
. Subsídios à Exploração	218.062,17	77.146,00
. Venda de títulos Flexibus	5,00	57,00

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldos		
SMAS		
. Abastecimento de Água	2.644,59	336,53
Câmara Municipal de Almada		
. Subsídios à Exploração	6.200,00	24.424,00
. Venda de títulos Flexibus	5,00	9,00

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros dispêndios diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra disponível para uso, de acordo com o modelo de linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Durante os períodos findos em 31/12/2013 e em 31/12/2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	Activo Bruto								
	<u>Saldo em 1/01/2012</u>	<u>Aumentos e Reavaliações</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2012</u>	<u>Aumentos e Reavaliações</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2013</u>
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	178.529,73				178.529,73	246,00			178.775,73
Equipamento básico	825.890,04	54.348,00	(5.988,00)	(1.770,00)	872.480,04	33.390,00		13.860,00	919.730,04
Equipamento de transporte	96.052,51	3.491,07	(22.883,11)		76.660,47				76.660,47
Equipamento administrativo	158.531,83	8.351,15	(4.365,00)		162.517,98	8.834,88			171.352,86
Activos fixos tangíveis em curso	55.290,14				55.290,14			(13.860,00)	41.430,14
Outros activos fixos tangíveis	10.748,07				10.748,07	1.950,00			12.698,07
	<u>1.325.042,32</u>	<u>66.190,22</u>	<u>(33.236,11)</u>	<u>(1.770,00)</u>	<u>1.356.226,43</u>	<u>44.420,88</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.400.647,31</u>

	Depreciações Acumuladas								
	<u>Saldo em 1/01/2012</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2012</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2013</u>
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	65.413,98	17.773,08			83.187,06	17.791,53			100.978,59
Equipamento básico	421.649,12	80.107,63	(4.790,40)		496.966,35	99.943,91		(9.040,98)	587.869,28
Equipamento de transporte	69.932,26	9.716,64	(13.348,48)		66.300,42	7.809,72			74.110,14
Equipamento administrativo	145.085,72	9.738,51	(4.992,96)		149.831,27	9.373,23		(2.217,56)	156.986,94
Outros activos fixos tangíveis	9.849,29	221,04			10.070,33	464,76			10.535,09
	<u>711.930,37</u>	<u>117.556,90</u>	<u>(23.131,84)</u>	<u>-</u>	<u>806.355,43</u>	<u>135.383,15</u>	<u>-</u>	<u>(11.258,54)</u>	<u>990.480,04</u>

8. LOCAÇÕES

O contrato de locação financeira em vigor respeita a locação de viatura.

Ativos em Locação Financeira

31-12-2013	Depreciações		Valor Líquido
	Valor Bruto	Acumuladas	
Equipamento de transporte – Viatura Ligeira passageiros 48-LE-37	19.220,84	19.220,84	0,00
Capital em Dívida			
Pagamentos até 1 anos	4.355,91		
Pagamentos entre 1 e 5 anos	396,69		
	4.752,60		

9. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2013 e em 31/12/2012 é detalhado conforme se segue:

Réditos

	2013	2012
	Valor reconhecido	Valor reconhecido
Venda de bens	55.137,56	53.381,21
Veículos em fim de vida	55.137,56	53.381,21
Prestação de serviços	1.231.146,27	1.327.324,87
Parquímetros/Parques	669.686,30	619.821,00
Outros	558.032,85	704.903,44
Flexibus	3.427,12	2.600,43
Juros	195,08	799,61
Juros de depósitos	195,08	799,61
Subs Exploração	218.062,17	77.146,00
Parques CMA	158.686,98	
Flexibus	59.375,19	77.146,00
	1.504.541,08	1.458.651,69

10. SUBSÍDIOS

A rubrica de subsídios é detalhada da seguinte forma:

Subsídios

	Balço		Demonstração de resultados			
	Capital próprio		Imputação de subsídios		Subsídios à exploração	
	2013	2012	2013	2013	2013	2013
Subsídios relacionados com activos	251.698,14	321.866,97	103.510,25	88.385,76	-	-
Subs P/ Investimentos	251.698,14	321.866,97	103.510,25	88.385,76		
Subsídios à exploração	-	-	-	-	218.062,17	77.146,00
Parques CMA					158.686,98	
Flexibus					59.375,19	77.146,00
	251.698,14	321.866,97	103.510,25	88.385,76	218.062,17	77.146,00

11. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data de balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2014. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral nos termos da legislação comercial em vigor.

Após o termo do período e até à presente data não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem as quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras ou que, não afetando as quantias reconhecidas, tenham impacto financeiro material no futuro.

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Imposto sobre o Rendimento

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto corrente	2.962,41	4.663,11
Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultados Antes de Impostos	8.669,61	5.580,17
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	1.023,71	-
Multas, coimas, juros compensatórios		3.881,63
Restituição impostos não dedutíveis/excesso de estimativa para impostos	(1.238,13)	-
Lucro Tributável	8.455,19	9.461,80
Reporte de prejuízos fiscais	6.341,39	-
Matéria Coletável	<u>2.113,80</u>	<u>9.461,80 €</u>
Impostos à taxa de 25%	528,45	2.365,45
Tributação Autónoma	2.299,03	2.155,73
Outros	<u>134,93</u>	<u>141,93</u>
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	<u>2.962,41</u>	<u>4.663,11</u>

O passivo por impostos diferidos, que se relacionam com subsídios ao investimento, em 31/12/2013, detalha-se da seguinte forma:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ano 2005	3.178,03 €	4.760,40 €
Ano 2006	450,36 €	843,76 €
Ano 2007	59.394,71 €	85.585,39 €
Ano 2008	3.447,09 €	9.227,62 €
Ano 2009	14.477,25 €	7.262,27 €
Ano 2010	4.886,80 €	11.496,22 €
	<u>85.834,24 €</u>	<u>119.175,66 €</u>

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros:

Cientes		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Cientes Correntes		
Saldos não vencidos	10.315,71	1.984,40
Outras Contas a Receber		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros Devedores	10.000,88	4.003,10
Diferimentos Activos		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos (inclui gastos de seguros e contratos de assistência técnica)	19.774,46	17.910,18
Fornecedores		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores, Conta Corrente	43.892,23	43.170,37
Estado e Outros Entes Públicos		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldos Devedores		
IRC – PPC e PEC	14.827,00	10.582,48
Restantes Impostos		<u>152.074,01</u>
	<u>14.827,00</u>	<u>162.656,49</u>
Saldos Credores		
IRC - A Pagar	2.962,41	4.663,11
Retenção imposto s/ rend.	5.325,63	3.592,37
IVA - A Pagar	6.149,88	3.901,18
Restantes Impostos		50.215,30
Contribuição p/ Seg. Social	<u>19.605,67</u>	<u>27.936,08</u>
	<u>34.043,59</u>	<u>90.308,04</u>
Outras Contas a Pagar		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Não Correntes		
Fornecedores de investimentos	<u>396,69</u>	<u>5.392,29</u>
	<u>396,69</u>	<u>5.392,29</u>
Corrente		
Outros Credores	<u>30.127,07</u>	<u>30.676,69</u>
	<u>30.127,07</u>	<u>30.676,69</u>
Diferimentos		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Diferimentos de Rendimentos		
Parques (avenças vendidas p/ utilização em 2014)	14.108,87	13.545,43

14. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” da demonstração dos resultados individual dos exercícios de 2013 e 2012, tinha a seguinte decomposição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Descontos de p.p obtidos		185,54
Em investimentos não financeiros		1.895,16
Outros (imputação subs. Investimento (103.510,25€))	109.889,93	94.294,79
	<u>109.889,93</u>	<u>96.375,49</u>

15. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica “Outros gastos e perdas” da demonstração de resultados individual dos exercícios de 2013 e 2012, tinha a seguinte decomposição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos	746,62	1.715,35
Em investimentos não financeiros		3.036,75
Outros	10.187,60	21.058,81
	<u>10.934,22</u>	<u>25.810,91</u>

16. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração de resultados são exclusivamente de curto prazo.

O número médio de pessoas ao serviço aumentou para 72 no ano 2013 comparativamente com 67 em 2012, em virtude de existir um menor absentismo face ao ano anterior (nomeadamente licenças de maternidade e certificados de incapacidade temporária).

Gastos com o Pessoal

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remunerações Órgãos Sociais	38.741,31	30.674,39
Remunerações do pessoal	794.336,96	768.914,06
Encargos sobre Remunerações	179.891,81	168.328,47
Seguro Acidentes Trabalho	11.531,53	14.557,48
Outros gastos com Pessoal	34.481,49	40.166,48
	<u>1.058.983,10</u>	<u>1.022.640,88</u>

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Benefício de curto prazo (*)	1.044.175,10	1.007.787,87
Outros benefícios (**)	14.808,00	14.853,01
	<u>1.058.983,10</u>	<u>1.022.640,88</u>

(*) inclui remunerações Órgãos Sociais e Pessoal, encargos, gastos acção social, fardamento, formação, serviços SHST

(**) Seguro de vida e saúde

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos períodos de 2013 e 2012, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte decomposição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Serviços especializados	112.487,50	87.174,31
Materiais	32.002,80	27.191,91
Energia e fluidos	74.499,69	67.812,76
Deslocações, estadas e transp.	428,36	408,63
Serviços diversos	<u>192.075,16</u>	<u>201.315,86</u>
	<u>411.493,51</u>	<u>383.903,47</u>

Nos períodos de 2013 e 2012, na rubrica “Juros e gastos suportados” apresentam-se com os seguintes valores:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros e gastos similares suportados	(225,96)	(564,97)

Nos períodos de 2013 e 2012, o capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Capital realizado	250.000,00	250.000,00
Reservas Legais	45,86	-
Resultados transitados	871,20	-
Outras variações no capital próprio	251.698,14	321.866,97
Resultado líquido do exercício	<u>5.707,20</u>	<u>917,06</u>
	<u>508.322,40</u>	<u>572.784,03</u>

No ano 2013, o resultado líquido no valor de 917,06€, foi transferido, conforme decisão em Assembleia Geral, para as rubricas de reservas legais (5%) e resultados transitados o restante valor.

O Técnico Oficial de Contas
Ana Páscoa

O Conselho de Administração
Rui Jorge Martins – presidente
Mara Figueiredo
Fernanda Gaspar

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

U.M. Eur

Rubricas	Notas	31-12-2013	31-12-2012
A CT I V O			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	470 167,27	549 871,00
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	6	997,60	997,60
		471 164,87	550 868,60
Activo corrente			
Clientes	13	10 315,71	1 984,40
Adiantamentos a fornecedores		0,00	590,38
Estado e outros entes públicos	13	14 827,00	162 656,49
Accionistas/Sócios		0,00	24 433,00
Outras contas a receber	13	10 000,88	4 003,10
Diferimentos	13	19 774,46	17 910,18
Caixa e depósitos bancários	4	194 998,08	116 469,89
		249 916,13	328 047,44
Total do activo		721 081,00	878 916,04
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	6,17	250 000,00	250 000,00
Reservas legais	17	45,86	0,00
Resultados transitados	17	871,20	0,00
Outras variações no capital próprio	10	251 698,14	321 866,97
		502 615,20	571 866,97
Resultado liquido do período		5 707,20	917,06
Total do capital próprio		508 322,40	572 784,03
P A S S I V O			
Passivo não corrente			
Passivo por impostos diferidos	12	85 834,24	119 175,66
Outras contas a pagar	8,13	396,69	5 392,29
		86 230,93	124 567,95
Passivo corrente			
Fornecedores	6,13	43 892,23	43 170,37
Estado e Outros Entes Públicos	13	34 043,59	90 308,04
Loações Financeiras	8	4 355,91	3 863,53
Outras contas a pagar	8,13	30 127,07	30 676,69
Diferimentos	13	14 108,87	13 545,43
		126 527,67	181 564,06
Total do Passivo		212 758,60	306 132,01
Total do capital próprio e do passivo		721 081,00	878 916,04

Técnico de Contas

Ana Páscoa

Conselho de Administração

Rui Jorge Martins - Presidente

Mara Figueiredo

Fernanda Gaspar

ECALMA, EM

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2012

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO EM 01-01-2012	1	250 000,00		565 088,39		815 088,39	815 088,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					-		-
Alterações de políticas contabilísticas					-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					-		-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					-		-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					-		-
Ajustamentos por impostos diferidos	12			(119 175,66)	(119 175,66)		(119 175,66)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17			(124 045,76)	(124 045,76)		(124 045,76)
	2	-	-	(243 221,42)	-	(243 221,42)	(243 221,42)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	-			917,06	917,06	917,06
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-			917,06	(242 304,36)	(242 304,36)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital					-		-
Entradas para cobertura de perdas					-		-
Outras operações	5	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2012	6=1+2+3+5	250 000,00	-	321 866,97	917,06	572 784,03	572 784,03

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2013

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO EM 01-01-2013	6	250 000,00	-	321 866,97	917,06	572 784,03	572 784,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					-		-
Alterações de políticas contabilísticas					-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					-		-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					-		-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					-		-
Ajustamentos por impostos diferidos	12			(85 834,24)	(85 834,24)		(85 834,24)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17		871,20	15 711,27	(917,06)	15 665,41	15 665,41
	7	-	871,20	(70 122,97)	(917,06)	(70 168,83)	(70 168,83)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	-			5 707,20	5 707,20	5 707,20
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	-			4 790,14	(64 461,63)	(64 461,63)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital					-		-
Entradas para cobertura de perdas					-		-
Outras operações	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2013	11=6+7+8+10	250 000,00	871,20	251 744,00	5 707,20	508 322,40	508 322,40

Técnico de Contas

Ana Páscoa

Conselho de Administração

Rui Jorge Martins - Presidente
Mara Figueiredo
Fernanda Gaspar

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

U.M. Eur

Rubricas	Notas	2013	2012
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	9,13	1 275 968,12	1 389 085,60
Pagamentos a fornecedores	13,17	-367 601,28	-382 722,62
Pagamentos ao pessoal	16	-1 058 983,10	-1 022 640,88
Caixa gerada pelas operações		-150 616,26	-16 277,90
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	13	-4 123,35	-4 839,16
Outros recebimentos / pagamentos	13	45 936,78	-205 436,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		-108 802,83	-226 554,02
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis	7	44 420,88	66 190,22
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	14	195,08	799,61
Dividendos		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-44 225,80	-65 390,61
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento (CMA)	6,10	236 286,00	148 594,20
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos	8	4 503,22	0,00
Juros e custos similares	17	225,96	564,97
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de capital próprio		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		231 556,82	148 029,23
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		78 528,19	-143 915,40
CAIXA e EQUIVALENTES no ÍNICIO do PERÍODO	4	116 469,89	260 385,29
CAIXA e EQUIVALENTES no FIM do PERÍODO	4	194 998,08	116 469,89

Técnico de Contas

Ana Páscoa

Conselho de Administração

Rui Jorge Martins - Presidente

Mara Figueiredo

Fernanda Gaspar

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA

U.M. Eur

Rendimentos e Gastos	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados	9	1 286 283,83	1 380 706,08
Subsídios à exploração	9,10	218 062,17	77 146,00
Fornecimentos e serviços externos	17	-411 493,51	-383 903,47
Gastos com pessoal	6,16	-1 058 983,10	-1 022 640,88
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	1 030,12
Outros rendimentos e ganhos	14	110 085,01	97 175,10
Outros gastos e perdas	15	-10 934,22	-25 810,91
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		133 020,18	123 702,04
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7	-124 124,61	-117 556,90
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8 895,57	6 145,14
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	17	-225,96	-564,97
Resultado antes de impostos		8 669,61	5 580,17
Impostos sobre o rendimento do período	12	-2 962,41	-4 663,11
Resultado líquido do período		5 707,20	917,06
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

Técnico de Contas

Ana Páscoa

Conselho de Administração

Rui Jorge Martins - Presidente

Mara Figueiredo

Fernanda gaspar

NUNO BORGES
revisor oficial de contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Aos Accionistas da,

ECALMA – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M., S.A. (ECALMA)

De acordo com a legislação em vigor e com o mandato que me foi confiado, cumpre-me submeter à vossa apreciação o Relatório e Parecer que abrange a actividade por mim desenvolvida e os documentos de prestação de contas da ECALMA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Através de reuniões com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informei-me acerca da actividade da empresa e da gestão do negócio desenvolvida e procedi à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averigui da observância e do cumprimento da lei dos atos do Conselho de Administração da sociedade e procedi à verificação periódica, com a profundidade julgada oportuna, dos livros, registos contabilísticos e da documentação que lhe serviu de suporte, verifiquei se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela empresa conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levei a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

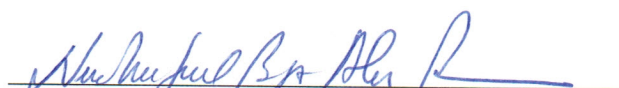
No âmbito das minhas funções, examinei o Balanço em 31 de dezembro de 2013, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o Anexo. Adicionalmente, procedi a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2013 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emiti nesta data a Certificação Legal das Contas que não inclui reservas nem ênfases.

Face ao exposto, sou de parecer que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele incluída, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Consta-me que até à presente data a Empresa não cumpriu com o previsto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Desejo ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o meu apreço pela colaboração prestada.

Porto, 28 de fevereiro de 2014


(Nuno Miguel Borges Alves Pereira, ROC n.º 1.533)

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras da ECALMA – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de activos de 721.081,00 euros e um total de capital próprio de 508.322,40 euros, incluindo um resultado líquido de 5.707,20 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.



NUNO BORGES
revisor oficial de contas

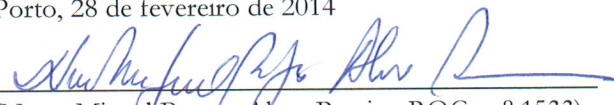
Opinião

7. Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ECALMA – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M., S.A., em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 28 de fevereiro de 2014


(Nuno Miguel Borges Alves Pereira, ROC. n.º 1533)